

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v19i37.20960>

## ENSINO DE HISTÓRIA E FEMINISMO NEGRO: IMPORTÂNCIA NAS CONJUNTURAS POLÍTICAS, À LUZ DO LEGADO DE MARIELLE FRANCO

**Alcione Aparecida Silva**

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

E-mail: [alcionesilva2327@gmail.com](mailto:alcionesilva2327@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0002-8664-5189>**Marcos Cesar Danhoni Neves**

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

E-mail: [macedane@yahoo.com](mailto:macedane@yahoo.com) <https://orcid.org/0000-0002-3724-5373>

### Resumo

Inegavelmente, as mulheres no contexto histórico são invisibilizadas e ocultadas, em detrimento das subjetividades no que tange o gênero; todavia, as mulheres negras são ainda mais afligidas, pois têm que lidar com as questões raciais. O feminismo negro emerge entre as décadas de 80 e 90 como forma de ampliar os espaços de escuta e atuação das mulheres negras, objetivando que estas obtivessem maior participação na vida pública, política e social. A conquista do direito ao voto foi um marco significativo para estas, visto que adentraram no âmbito político. Na contemporaneidade, mesmo após diversos feitos, a mulher – muitas vezes – ainda é vista como sujeito inferior, sendo subjugadas e até mesmo silenciada frente às conjunturas patriarcais. Marielle Franco foi um exemplo de mulher que lutou pelos seus ideais, entrando na política para conquistar direitos para suas semelhantes; vista como uma ameaça, sofreu um atentado, perdendo sua vida. O ensino de história, ao incorporar a trajetória de figuras como Marielle Franco, contribui para a desconstrução desses estereótipos e para a valorização das lutas das mulheres, especialmente das mulheres negras, no contexto histórico e contemporâneo. O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica.

**Palavras-chave:** Feminismo. Negro. Mulher. Política. Marielle Franco.

## TEACHING BLACK HISTORY AND FEMINISM: IMPORTANCE IN POLITICAL CONJUNCTURES, IN LIGHT OF MARIELLE FRANCO'S LEGACY

### Abstract

Undeniably, women in the historical context are made invisible and hidden, to the detriment of subjectivities regarding gender; however, black women are even more afflicted, as they have to deal with racial issues. Black feminism emerged between the 80s and 90s as a way of giving black women a

*Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 19, n. 37, jul. - dez. 2025*  
ISSN: 1982 -193X



voice, aiming for them to gain greater participation in public, political and social life. Gaining the right to vote was a significant milestone for them, as they entered the political sphere. In contemporary times, even after several achievements, women – often – are still seen as inferior subjects, being subjugated and even silenced in the face of patriarchal situations. Marielle Franco was an example of a woman who fought for her ideals, entering politics to win rights for her fellow women; Seen as a threat, she suffered an attack, losing her life. History teaching, by incorporating the trajectory of figures such as Marielle Franco, contributes to the deconstruction of these stereotypes and to the appreciation of women's struggles, especially black women, in the historical and contemporary context. This work is a bibliographical review.

**Keywords:** Feminism. Black. Woman. Policy. Marielle Franco.

**Processamento textual:** Recebido em 2024-04-15 Revisado em 2025-01-11 Aprovado em 2025-07-22

*Toda vez que uma mulher se defende, sem nem perceber que isso é possível, sem qualquer pretensão, ela defende todas as mulheres.*

(Maya Angelou)

O feminismo negro origina-se como forma de suprir as demandas existentes que o feminismo primário ignorou, com intuito de analisar quanto às necessidades de políticas e propostas voltadas ao ramal da diversidade, que norteiam a existência das mulheres negras, bem como daquelas que não se identificam como brancas.

Esse movimento propôs refletir tanto ações políticas quanto teóricas, colocando em evidência distintas perspectivas e necessidades outrora ignoradas, invisibilizadas e secundarizadas por narrativas feministas hegemônicas. Assim, os feminismos negros — diversos e enraizados em diferentes experiências de mulheres racializadas — emergem para dar voz às mulheres 'de cor', possibilitando que estas alcancem lugares de prestígio e significância nas esferas social, econômica e política.

Mesmo que em minoria, as mulheres – brancas, negras, etc. – fazem parte da conjuntura política nacional, contudo, suas reivindicações, pautadas nas necessidades próprias e de terceiros, muitas vezes são percebidas como incômodas ou desestabilizadoras pelos indivíduos que defendem uma sociedade patriarcal, racista e colonial.

Marielle Franco foi uma mulher negra de grande prestígio no cenário político, que lutava por direitos para as mulheres, sobretudo, as negras; esta foi vista como uma ameaça, sofrendo

*Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 19, n. 37, jul. - dez. 2025*  
ISSN: 1982-193X



perseguições políticas e até mesmo uma emboscada que ceifou sua vida. Tentaram calar sua voz, seus feitos, contudo, Marielle vive, servindo de exemplo a inúmeras outras mulheres que almejam com um futuro melhor; vendo na política uma forma de conquista-lo. No ensino de História, a trajetória de Marielle Franco oferece uma perspectiva potente para discutir a política e o feminismo negro, além de ponderar sobre as lutas históricas das mulheres e sua contínua relevância na busca por justiça e igualdade.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a importância do ensino de História e do feminismo negro nas conjunturas políticas contemporâneas, tendo como referência o legado de Marielle Franco. Por se tratar de um tema vasto e bastante complexo, este trabalho foi subdividido em cinco momentos, sendo o primeiro pautado na história do feminismo negro, o segundo no ensino de história e o feminismo negro, o terceiro na relação entre o feminismo negro e a política, no quarto uma explanação quanto à história de Marielle Franco, e por fim, no quinto o papel do ensino de História na construção da memória e legado de Marielle Franco no contexto do feminismo negro. A metodologia utilizada na elaboração da pesquisa foi a revisão bibliográfica.

### **Feminismo Negro**

A busca por igualdade racial no âmbito social brasileiro não é um acontecimento recente, antecedendo à própria abolição da escravatura, sucedida no decurso do século XIX, passando por inúmeros estágios, de avanços e retrocessos até o presente. Segundo Ribeiro (2018) esse marco não denotou aos negros do país favoráveis condições de vida, sendo estes mantidos em condições subalternas, devido sua ínfima participação nos ramais econômicos, sociais e culturais, além da evidenciação do preconceito intrínseco na sociedade brasileira.

De acordo com Osório (2008):

No momento da abolição, foram suprimidas as barreiras formais que a escravidão oferecia à competição dos negros com os brancos pelas posições sociais. Mas quando os portões são abertos e se faculta aos negros o ingresso na corrida, os brancos já estão quilômetros adiante. Essa é a condição inicial. Para que os negros superem a desvantagem imposta por ela, é preciso que, a cada geração, percorram uma distância maior do que a percorrida pelos brancos. Se não conseguem fazê-lo, a desigualdade racial existente no momento da abertura dos portões persiste (Osório, 2008, p. 70).

No Brasil são perceptíveis inúmeras formas de preconceito, sendo o racismo uma das que mais se destacam no âmbito da gravidade. Tal conduta deprecia a humanidade de todos, tanto de quem a pratica como também a da vítima (Carneiro, 2011). O racismo atrela-se principalmente a superioridade do indivíduo branco em relação ao negro e indígena (Teive, 2006). Para se ter uma conceituação mais abrangente a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR, 2011, p. 7) explana que “o racismo é uma ideologia que se mantém às custas do privilégio de setores auto definidos como racialmente superiores”. Nesse sentido, Grada Kilomba (2019), em *Memórias da Plantação*, contribui ao explorar as marcas subjetivas do racismo, evidenciando como essa ideologia opera estruturalmente, e também através do silenciamento, da dor e da negação da fala e do lugar de pertencimento da população negra.

Para Eurico (2011) o racismo causa impactos em várias dimensões da sociedade, tais como no mercado de trabalho, no contexto escolar e na forma que os indivíduos negros são tratados pelos mecanismos repressivos do Estado. Existe uma cultura enraizada que marginaliza o sujeito negro nas diversas esferas sociais.

O caráter racial é algo latente, evidenciando desigualdades diversas na sociedade contemporânea, contudo, ao atrelá-lo ao elemento gênero é perceptível que as presentes desigualdades são ampliadas (Carneiro, 2018; Davis, 1981). A mulher negra historicamente é marginalizada, subestimada, invisibilizada, tanto por movimentos negros de conotação social, que favorecem homens negros; quanto por correntes feministas mais tradicionais, que davam enfoque - durante um período -, apenas as necessidades de mulheres burguesas brancas, mitigando as demandas de raça (Rios, 2018).

É perceptível que mesmo as mulheres negras estando inseridas em ambos os movimentos, não dispunham expressividade e força política para se sobressaírem, serem ouvidas, terem credibilidade ou até mesmo serem importantes. O levantamento e produção de um ideal feminista negro, portanto, detém gênese na busca das mulheres negras por representatividade e por serem admitidas como agentes políticos.

Á vista disso, Matos (2018) alude que de modo a contrapor a conjura de submissão, e de demandas ausentes nas contestações sugestionadas pelo feminismo tradicional, imputadas às questões raciais e de gênero às mulheres negras e não-brancas, adveio o feminismo negro. Este surgiu como movimento para se refletir tanto intervenções políticas quanto teóricas, de modo a remodelar perspectivas feministas hegemônicas, que excluíam as questões de raça, despontando

reflexões à luz das necessidades de mulheres negras no ramal público e privado, rompendo a mordaza que as silenciavam e dando-lhes voz.

De acordo com Carmo (2018), a mulher negra se insere na sociedade suportando o duplo fardo da discriminação por raça e gênero. Nesse sentido, é fundamental destacar que a opressão vivida pela mulher negra não deve ser entendida como superior ou inferior àquela vivenciada por mulheres brancas, mas como uma experiência distinta, marcada pela sobreposição de múltiplos sistemas de dominação. Tal compreensão é possibilitada pelo conceito de interseccionalidade, formulado por Crenshaw (1989), que evidencia como diferentes marcadores sociais — como raça, gênero e classe — se entrelaçam para produzir formas específicas de opressão.

Hooks (2018) coloca que a mulher negra ao erguer-se no enfrentamento ao domínio masculino, classista, sexista e racista, passa a conduzir um elemento primordial na resistência política e de poderes dominantes, principalmente nas competências produtivas de conhecimentos e teorias feministas.

Assim, é tangível que o feminismo negro corrobora para a construção de um debate político defronte ao ramal hegemônico que remodela os moldes de opressão as mulheres, que as aprisiona em suas premissas e predileções limitadoras, concedendo-lhes visibilidade e liberdade para expressarem suas necessidades quanto mulheres de cor.

Com a participação e convergência das mulheres negras nos encontros feministas, as mesmas começam a inserir nesse âmbito suas necessidades, salientando que careciam de demandas específicas em detrimento da raça. Assim, Damasco pontua que:

Os eventos nacionais e internacionais das décadas de 1980 e 1990 funcionaram como arenas políticas importantes para as feministas negras, que ao incorporarem as variáveis raça e classe, entrelaçadas à de gênero, objetivaram expor as desigualdades sociais pelas quais passavam (Damasco, 2009, pág. 47).

O despoite do feminismo negro sucedeu-se em 1985 no III Encontro Feminista Latino-americano que ocorreu em Bertioga, onde as mulheres negras expunham sua insatisfação com as pautadas levantadas, excluindo diálogos raciais. Outro marco importante para o presente movimento foi o IX Encontro Nacional Feminista, em 1987, na cidade de Garanhuns/PE, onde novamente as vozes feministas negras se levantavam em prol da insatisfação com a omissão da pauta racial, evidenciado a marginalização da classe frente ao feminismo hegemônico. Através

desse levante, em 1988 adveio o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), na cidade de Valença/RJ (Ribeiro, 2023).

Segundo Damasceno:

[...] entre as décadas de 1980 e 1990, emergiu no interior do movimento feminista brasileiro uma pluralidade étnica, cultural e de classe. Esse processo resultou na fragmentação do movimento em vários grupos de mulheres particulares. Em relação às mulheres negras, [...] a principal crítica centrava-se na falta de percepção, por parte do movimento feminista, da temática racial e sua importância para a identidade das mulheres negras atuantes no interior do feminismo. Esse fato foi crucial para que as ativistas negras brasileiras se mobilizassem e fundassem um movimento próprio, denominado por elas mesmas de “feminismo negro” (Damasceno, 2009, p. 53).

O feminismo negro promove o debate político, fazendo uma análise quanto as imposições de opressão que se propagam e expandem a outros horizontes. A estruturação teórico-crítico desse movimento promove uma ponderação quanto a outras questões, indo além das imposições estabelecidas, firmando uma conotação reflexiva do modelo de sociedade ao qual se almeja.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), por intermédio do Atlas da Violência entre 2009 e 2019, a taxa de homicídios entre mulheres não negras caiu 26,9%, enquanto a taxa entre mulheres negras, no mesmo período, aumentou em 2% no Brasil. A presente pesquisa ainda evidencia que mulheres negras representavam em 2019 cerca de 66% do total de mulheres mortas no país, apresentando assim taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, quase o dobro se comparo as taxas das mulheres não negras.

Bandeira (2005) expõe que as mulheres negras, ao longo de sua trajetória histórica vêm sendo vítimas expressivas de desigualdades imputadas ao gênero acrescido ao racial. Os dados supramencionados expõem uma realidade brutal, mas necessária para perceber a carência de demandas no que tange a políticas públicas voltadas para mulheres negras, que são inferiorizadas, marginalizadas e subjugadas em diversos ramais da sociedade de modo geral, tais como a educação, saúde, mercado de trabalho, disposição de renda, entre outros.

Redirecionando o debate, a colaboração dos movimentos feministas negros constituiu um elemento decisivo para a construção de encontros que compeliram a discussão no âmbito das políticas públicas e seu cumprimento, com intuito de extinguir ou reduzir as desigualdades que assolam a vida das mulheres negras brasileiras.

## Ensino de História e o Feminismo Negro

Ao se abordar o tema da construção da História e/ou ensino de História, é imprescindível reconhecer a existência de um paradigma historiográfico que, por um longo período, foi permeado por uma visão predominantemente masculina, considerada como universal, negligenciando as conotações de gênero e explorando o trabalho não remunerado das mulheres. Esse paradigma conferiu ao homem, particularmente ao homem branco, uma posição de neutralidade, universalidade e centralidade, tal como destacado por Bordo (2000), essa dinâmica também se estende a relação com a população negra, onde o homem branco continua a ser concebido e imaginado como um ser desprovido de características de gênero ou raça, perpetuando assim a marginalização e a alteridade em relação aos negros.

Sob esse viés, lamentavelmente, subsiste em determinados círculos da produção historiográfica a concepção de que abordagens relativas à História das Mulheres e das minorias são rotuladas como meras manifestações militantes, destituídas de rigores científicos e destituídas de imparcialidade (Pedro, 2011). A autora igualmente destaca o desenvolvimento de estudos em curso no campo da História que merecem atenção:

Com estes aportes, é necessário pensar que pesquisas estamos fazendo na História. Estamos usando esta disciplina para reforçar a heterossexualidade ao considerá-la como a norma? Como estamos observando os discursos da constituição do Estado? O que é generificado nestes discursos? Quais relações são feminilizadas e quais masculinizadas? Ao observarmos, como profissionais da História, as práticas que ensejam a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como a maneira como a escola, os jornais, a literatura, enfim, os diferentes meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estamos escrevendo uma história que questiona as "verdades" sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente (Pedro, 2005, p. 1).

Ao analisarmos o ensino de História, é válido destacar que a academia desempenha um papel importante ao fornecer um espaço propício para a promoção de debates que emergem como questões políticas e científicas de destaque. O campo do ensino de História promove a convergência de diversas esferas e aspectos da sociedade em um ambiente diversificado, intrincado e relacional, refletindo na produção de conhecimento dentro deste campo. No entanto, a vasta abrangência do campo, caracterizada pela intersecção de perspectivas, interpelações, temas de pesquisa e agendas em discussão, suscita questionamentos sobre como essas discussões têm sido moldadas e interpretadas pelos pesquisadores.

Assim sendo, estabelecer uma conexão entre o ensino de história, o feminismo negro e a

*Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 19, n. 37, jul. - dez. 2025*  
ISSN: 1982-193X

pedagogia feminista, buscando promover uma consciência crítica, é de fato algo desafiador e imperativo em face das demandas contemporâneas. De acordo com Bell Hooks (2018), o movimento feminista desencadeou uma transformação significativa e notória nos currículos ao demandar o reconhecimento e o respeito pelo trabalho acadêmico realizado por mulheres, tanto no passado quanto no presente, e ao exigir a eliminação de preconceitos de gênero nos currículos e na prática pedagógica.

Gonzalez (1984) destacou a exclusão das mulheres negras e indígenas pelo feminismo hegemônico dominante, evidenciando a invisibilidade das lutas das mulheres colonizadas, percebendo o feminismo como uma ferramenta estratégica na resistência contra as desigualdades, a conjuntura patriarcal e as opressões raciais.

Logo, a educação, sobretudo o ensino de História, advém como uma ponte para promover a conexão com o feminismo negro e sua importância na compreensão e transformação das estruturas sociais, capacitando estudantes a reconhecer e desafiar as interseccionalidades de opressão enfrentadas por mulheres negras e minorias ao longo da história.

### **Analogia entre o feminismo negro e o âmbito político**

Não é árdua a conclusão que a organização da mulher na sociedade sempre deteve um caráter de submissão frente ao patriarcado vigente, pertencendo a ela apenas a figura do lar, dona de casa, da mãe e esposa dedicada. Tudo que fosse fora desses limites, era visto como rebeldia, perversão ao politicamente correto. Essa realidade perdurou por um longo tempo, transpondo os mais distintos ramais sociais, culturais e étnicos, sendo a mulher um mero expectador do direito ceifado (Adichie, 2015).

Com o despertar do movimento feminista, as mulheres conquistaram espaços de escuta e expressão, o contexto sócio-político passou a deter participação feminina, sendo umas das principais conquistas o direito a educação e ao voto. Ambas os feitos fomentou para que a mulher fosse vista como sujeito de ação, como sujeito político. Com o feminismo, as amarras da opressão começaram a ser desfeitas, articulando um novo mundo para mulheres livres da dominação masculina (Cavaca; Santos, 2018). Assim, o feminismo torna-se uma crítica frente

a “submissão da mulher na esfera doméstica e sua exclusão da esfera pública” (Miguel e Biroli, 2014, p. 19).

Através do embasamento nessa teoria, as mulheres negras começaram a posicionar-se, exigindo demandas que levassem em consideração os contextos raciais, sucedendo em uma nova onda feminista, pautada em conjunturas políticas voltadas às necessidades de mulheres historicamente oprimidas.

Para bell Hooks (2015):

Essa experiência pode moldar nossa consciência de tal maneira que nossa visão de mundo seja diferente da de quem tem um grau de privilégio (mesmo que relativo, dentro do sistema existente). É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia (Bell Hooks, 2015, p. 197).

O movimento feminista negro, primordialmente, é uma imposição política de justiça social, com finalidade a perpetuação da vida de mulheres negras em um mundo opressor (Collins, 2019). Contribuindo com essa visão, Bell Hooks (2019) acrescenta que a expressão feminista em sua articulação como movimento de levante, concerne em uma práxis libertadora, emancipatória, que procura a promoção de uma qualidade de vida melhor para as mulheres de modo geral, ao explanar a óptica da mulher negra, também contribui para eliminar – de vez – as amarras da dominação e as conjunturas de opressão. Portanto, o feminismo negro pode ser compreendido também como um modo de sobrevivência para essas mulheres, reivindicando direitos e pautas em favor da perpetuação da sua vida.

Pautando-se nas concepções do feminismo negro e da revolução social sucedida na segunda metade do século XX, é possível observar uma participação proeminente das mulheres no contexto político, econômico, social e cultural. Através disso, foi possível fomentar demandas que promovam políticas públicas para oportunizar a melhor introdução da mulher na esfera trabalhista, garantido lhes direitos pautados no contexto biológico (licença maternidade, por exemplo); estabelecimento de cotas na esfera política, entre outros. No entanto, na contemporaneidade ainda se percebe uma disparidade no que tange ao gênero e raça, principalmente nas disposições de trabalho, renda e educação (Pereira, 2016).

Ao considerar os paradigmas políticos mais recentes, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2022, 2023) referentes às Eleições Gerais de 2022, verifica-se que apenas cerca

**Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 19, n. 37, jul. - dez. 2025  
ISSN: 1982-193X**

de 33% das candidaturas foram de mulheres, embora elas componham mais da metade do eleitorado. No que diz respeito à população negra, mais da metade das candidaturas se declarava preta ou parda (50,27%), mas apenas 32,12% dos eleitos pertenciam a esse grupo.

O sistema político brasileiro firma alguns moldes jurídicos para viabilizar a participação e inserção da mulher na política, com o intuito de promover mais igualdades de gênero nesse âmbito (Almeida, 2018). Podendo ser expresso através dos seguintes mecanismos:

**Figura 1** – Mecanismos de proteção

Mecanismos de proteção	Dispositivo legal	Diploma normativo	Destinatários
Cotas de candidatura por sexo/gênero	Art. 10, § 3º	Lei nº 9.504/1997 (Lei Geral das Eleições)	Partidos políticos
Destinação de, no mínimo, 5% do Fundo Partidário para promoção e difusão da participação política das mulheres	Art. 44, <i>caput</i> , inciso V, e § 5º	Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos)	Partidos políticos
Propaganda institucional destinada a incentivar a participação feminina na política	Art. 93-A <sup>8</sup>	Lei nº 9.504/1997 (Lei Geral das Eleições)	Tribunal Superior Eleitoral
Reserva de 30%, no mínimo, de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para Candidatas	Art. 9º	Lei nº 13.165/2015 (Reforma Política de 2015)	Partidos políticos
Reserva de gênero, na proporção mínima de 30%, também deve incidir sobre a constituição dos órgãos partidários, como comissões executivas e diretórios nacionais, estaduais e municipais	TSE – CTA 0603816-39	-	Partidos políticos

**Fonte:** Almeida; Machado (2021, p. 11).

Com os presentes artifícios busca-se a inserção da mulher na política. De modo a promover maior difusão e incentivo a incorporação destas nesse âmbito, a Lei nº 9.504/97 que concerne na Lei Geral das Eleições, passou por uma redação, por intermédio da Lei nº 13.488/17 em seu artigo 93-A, que fomenta a propagação de informações eleitorais nos canais midiáticos (Televisão e rádio), com o objetivo “incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro” (BRASIL, 2017, p. 1).

Essa legislação foi um marco no que concerne a gênero e raça na política, incentivando grupos historicamente oprimidos a terem maior participação social, em prol da busca de uma qualidade de vida melhor para si e seus semelhantes. Todavia, como as amarras da intolerância, submissão, dominação e preconceitos estão enraizados na sociedade brasileira, o feminismo negro encontra diversos entraves em sua luta diária, onde buscam silenciar sua voz, aquietar suas conquistas e mitigar seus direitos. À exemplo têm-se Marielle Franco, vereadora do estado do Rio de Janeiro, que em detrimento da sua luta constante pelo direito de mulheres negras, teve sua vida ceifada em um atentado de cunho político.

### **Marielle Franco, a voz silenciada que não se cala**

Marielle Francisco da Silva, popularmente conhecida como Marielle Franco, foi uma socióloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), adentrando no âmbito político no ano de 2016, durante as eleições municipais, representando o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), sendo eleita como a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro, para exercer o mandato de 2017-2020. Posteriormente a “uma trajetória de dez anos como assessora parlamentar e ativista de direitos humanos no gabinete do então deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ)” (Meireles, 2023, p. 3).

Feminista negra, na luta pelos direitos humanos, Marielle atuou na Câmara dos Vereadores do Rio na proteção de projetos para reunir informações sobre a violência de gênero no presente estado, na salvaguarda dos direitos reprodutivos das mulheres e como voz para indivíduos favelados (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020).

Em sua trajetória política lutou contra o racismo, sexismo, machismo, autoritarismo, e contra diversas outras formas de preconceitos. Defendia pautadas em favor dos direitos humanos, das mulheres, dos negros, da população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual), dos marginalizados e oprimidos. Por seus ideais presidiu a Comissão da Mulher na Câmara, destacando-se também na luta pela repressão da violência policial.

Para Meireles:

Franco operava uma renovada relação com a política, considerando a coletividade como uma construção ininterrupta, observando seus contextos e complexidades, mantendo vínculo com os movimentos de base. Sua identidade política também ilustrava o quão laboriosa e precária era a (in)visibilidade de suas pautas, ao endereçar políticas com uma agenda de coalização e com uma interseccionalidade lésbica e negra (Meireles, 2023, p. 6).

Marielle Franco, no dia 14 de março de 2018, sofreu um atentado contra sua vida após voltar de uma palestra com jovens negras. O carro onde estava, juntamente de seu motorista Anderson Pedro Mathias Gomes e sua assessora, sofreu uma emboscada, sendo alvejado com treze tiros. A vereadora, foi atingida por quatro tiros, sendo três na cabeça e um no pescoço, morrendo na hora, seu motorista, também foi alvejado, vindo a óbito, a assessora sofreu apenas ferimentos superficiais.

Assim, aos 38 anos, encerrava-se a carreira e a vida de uma política negra brasileira, que lutou bravamente pelos ideais feministas, raciais e dos direitos humanos. Contudo, seu legado não fora apagado, ao tentar calar a voz de Marielle, surgiu-se muitas outras (Pait; Nagamine, 2018; Rossi, 2018).

Meireles pontua que:

É justo dizer que a força de Marielle ganhou maior amplitude por ela ter sido capaz de ser catalizadora de demandas latentes, como a dos movimentos de lésbicas e das feministas, e por entender que essas pautas têm uma transversalidade inerente, isto é, têm tudo a ver com militarização, segurança pública, saúde, educação, direitos reprodutivos etc., sem isolar as demandas como se fossem pautas relativas somente a uma parte da população (Meireles, 2023, p. 7).

Seis anos após o atentado contra a vida da vereadora que culminou em sua morte, o desfecho ainda continua sendo montado, sabe-se que dois Ex Policiais Militares, Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz, são os assassinos de Marielle e Anderson, e atualmente, no dia 24 de março de 2024 três suspeitos de serem os mandantes foram presos, sendo estes “Domingos Brazão, atual conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Chiquinho Brazão, deputado federal do Rio de Janeiro, e Rivaldo Barbosa, ex-chefe de Polícia Civil do Rio” (G1 NOTÍCIAS, 2024, p. 1). Ao que tudo indica, a motivação foi política.

## **O Papel do Ensino de História na Construção da Memória e Legado de Marielle Franco no Contexto do Feminismo Negro**

Ao entrelaçarmos o feminismo negro com o ensino de história, almejamos transcender todas as formas de opressão, incluindo aquelas baseadas em gênero, classe e raça. Especificamente no que tange o trabalho feminino e reprodutivo, visto que a análise histórica revela que as mulheres, desde os estágios iniciais da acumulação primitiva do capital, foram excluídas do ingresso ao trabalho remunerado, sendo postergados ao âmbito privado e as responsabilidades das atividades doméstico, sendo estas de suma importância na reprodução das estruturas familiares e sustentação da sociedade capitalista (Federici, 2019). Dessa forma, o ensino de história assume um papel fundamental ao tensionar essas estruturas, por meio da educação crítica, possibilitando que as novas gerações compreendam e desafiem as desigualdades estruturais presentes na sociedade.

Como legado político de Marielle, têm-se o levante de outras personalidades femininas nesse âmbito, segundo Betim (2018); Meireles (2023) no ano de 2018, foram eleitas para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ) quatro ex-assessoras da vereadora Marielle, sendo todas mulheres negras e procedentes da favela, pelo PSOL. Além destas, outras vozes políticas foram levantadas, tal como a de Erica Malunguinho, mulher negra e transexual, eleita na Assembleia Legislativa de São Paulo, também pelo PSOL. Todas estas representações femininas no contexto político foram impactadas pelo legado advindo da luta constante de Marielle Franco.

O legado de Marielle também tem sido empregado de maneira significativa na prática docente, especialmente no ensino de História, onde sua voz ressoa como um chamado a resistência e a reconstrução de narrativas historicamente marginalizadas. Ao destacar a luta das mulheres ao longo da história como um ato de resistência, Marielle ofereceu um sentido social às ações desse grupo frequentemente negligenciado nos currículos tradicionais de História, além de convocar uma reflexão sobre a continuidade dessa luta. Sua abordagem desafiou e continua a desafiar as normas estabelecidas, reivindicando um novo tipo de mundo construído sobre a base de uma História que reconheça e valorize as contribuições das mulheres, especialmente das mulheres negras (Souza; Ferrari, 2022).

A inserção do discurso de Marielle Franco nas aulas de História permite problematizar a construção da memória e da narrativa histórica, e abre espaço para uma reflexão crítica sobre as relações de poder e as políticas de identidade. Ao confrontar os alunos e alunas com questões como a importância da memória de Marielle na luta contra o machismo e o racismo, os currículos escolares e não escolares se entrelaçam, promovendo um diálogo dinâmico e transformador. Ademais, a abordagem de Marielle na defesa dos direitos das minorias e na valorização das lutas sociais oferece aos estudantes um ponto de partida para imaginar e projetar outros mundos possíveis, incentivando a construção de resistências e a promoção de debates embasados no conhecimento histórico (Souza; Ferrari, 2022).

A história de vida de Marielle evidencia como a luta do feminismo negro pode ser árdua e penosa, principalmente ao adentrar no cenário político, todavia, também mostra que um legado de esforços para contrapor a conjuntura opressiva promove um levante significativo de outras personalidades femininas, visando promover a conquista de dias melhores para estas. Marielle, PRESENTE!

### **Conclusões**

Constatou-se que o feminismo negro promoveu o entendimento das perspectivas de raça, classe e gênero de modo mais extensivo, dando notoriedade a pautas antes ignoradas. Todavia, ainda na atualidade, é perceptível algumas conjunturas patriarcais, que buscam diminuir, invisibilizar e calar a voz das mulheres que se levantam e lutam em favor de seus direitos, incluindo na esfera política. Marielle Franco foi uma dessas mulheres, defensora da classe feminina e negra, sendo “silenciada”, contudo, sua morte veio para dar mais voz a esta e suas demandas, influenciando outras mulheres a seguirem esse caminho de luta por seus direitos.

A inclusão do ensino de História como ferramenta para a compreensão desses processos históricos e sociais é fundamental para que as gerações futuras reconheçam e valorizem as lutas das mulheres, especialmente das mulheres negras, no combate à opressão e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao integrar o legado de Marielle Franco no currículo escolar, o ensino de História desafia as narrativas tradicionais e oferece uma visão mais ampla e inclusiva da história política do Brasil, promovendo assim uma educação mais crítica e emancipatória.

## Referências

ADICHIE, C. N. *Sejamos Todos Feministas*. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2015.

ALMEIDA, J. T. de. **A proteção jurídica da participação política da mulher: fundamentos teóricos, aspectos jurídicos e propostas normativas para o fortalecimento do modelo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

ALMEIDA, J. T.; MACHADO, R. C. R. **Gênero, raça e participação política da mulher negra: da visibilização à inclusão**. 2021.

BANDEIRA, L. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe–CEPAL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres–SPM. UnB, Brasília, 2005.

BETIM, F. **As ‘outras’ Marielles que o Rio elegeu**. El País, Rio de Janeiro, 2018.

Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/11/politica/1539275009\\_606211.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/11/politica/1539275009_606211.html).

Acesso em: 19 de abr. de 2023.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e Política: Uma introdução**. São Paulo: **Boitempo**, 2014.

BORDO, S. A feminista como o Outro. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 8, n. 1, 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13488.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13488.htm) . Acesso em: 20 de abr. 2023.

CARMO, Í. N. do. **O rolê feminista: Autonomia, horizontalidade e produção de sujeito no campo feminista contemporâneo**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2011.

CARNEIRO, S. Gênero e raça na sociedade brasileira. In: CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: **Letramento**, 2018. p. 153-185.

CAVACA, S. D.; SANTOS A. G. **Lugar de mulher é na política? Posicionamentos dos deputados estaduais do ES sobre o caso Marielle Franco**. In: Encontro Internacional

*Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 19, n. 37, jul. - dez. 2025*  
ISSN: 1982 -193X



Engênero III. Saber, Violência, Ação: a universidade reforçando ou desconstruindo (pré) conceitos? Vitória, 2018.

COLLINS, P. H. Epistemologia feminista negra. In: COSTA, J.B.; TORRES, N. M.; GROSGOUEL, R. (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. 2. ed. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2019.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, 1989.

DAMASCO, M. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva o Brasil (1975-1996)**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. 1ª. ed. São Paulo: **Boitempo**, 1981.

Eurico, M. C. **Questão racial e serviço social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: **Elefante**, 2019.

G1 NOTÍCIAS. **PF prende supostos mandantes do assassinato de Marielle: veja repercussões políticas**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/24/pf-prende-supostos-mandantes-do-assassinato-de-marielle-veja-repercussao-politica.ghtml>.

Acesso em: 08 de abr. 2024.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, **Anpocs**, 1984.

HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 1 ed. Rio de Janeiro: **Rosa dos Tempos**, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Violência**. São Paulo: FBSP, 2021.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **A violência política contra as mulheres negras**. Justiça Global e Terra de Direitos, 2020.

KILOMBA, G. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

MATOS, M.; SIMÕES, S. **Emergence of intersectional activist feminism in Brazil: the interplay of local and global contexts.** In: BONIFACIO, Glenda Tibe (ed.). Global currents in gender and feminisms: Canadian and international perspectives. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2018. p. 35-47.

MEIRELES, F. P. **A (pós) vida política de Marielle Franco.** Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências - Volume 1. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/cinabeh/2021/ebook1/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV149\\_MD1\\_SA3\\_ID214\\_22032021200910.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/cinabeh/2021/ebook1/TRABALHO_COMPLETO_EV149_MD1_SA3_ID214_22032021200910.pdf). Acesso em: 21 de abr. 2023.

OSÓRIO, R. G. **Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias.** In: THEODORO, Mário (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. 2. ed. Brasília: IPEA, 2008.

PAIT, H.; NAGAMINE, R. **Marielle, presente! um luto político e uma reconfiguração da política nacional – a necessária articulação de um pensamento liberal brasileiro que incorpore demandas sociais e de inclusão.** In: VITALE, D., and NAGAMINE R., eds. Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 324-344.

PEDRO, J. M. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, vol.12, n.22, 2011.

PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** História vol.24, n.1, 2005.

PEREIRA, A. C. J. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social.** 2016.

RIBEIRO, D. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo, **Companhia das Letras**, 2018.

RIBEIRO, M. **Mulheres negras brasileiras de Bertioga a Beijing.** Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16459/15033/50735>. Acesso em: 20 de abr. 2023.

RIOS, F.; MACIEL, R. Feminismo negro em três tempos: mulheres negras, negras jovens ativistas e feministas interseccionais. **Labrys**, Brasília, n. 1, p. 120-140, 2018.

*Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 19, n. 37, jul. - dez. 2025*  
ISSN: 1982-193X



ROSSI, M. “Quando dizem que Marielle virou semente, é muito real”. El País, Recife, 12 de out. de 2018. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356144\\_236403.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356144_236403.html). Acesso em 07 de abr. de 2023.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Racismo como determinante social de saúde**. Brasília, 2011.

SOUZA; S.; FERRARI, A. Currículo cultural na aula de História: um estudo de caso. **Sér.-Estud.** vol. 27, n. 61, Campo Grande, 2022.

TEIVE, M. D. L. **A Política de Cotas na Universidade de Brasília**: desafios para as ações afirmativas e combate às desigualdades raciais. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, UnB, 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Mais da metade dos candidatos aos cargos das Eleições 2022 se autodeclarou negra**. Brasília, 2022. Disponível em:

[https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/mais-da-metade-dos-candidatos-aos-cargos-das-eleicoes-2022-se-autodeclarou-negra?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/mais-da-metade-dos-candidatos-aos-cargos-das-eleicoes-2022-se-autodeclarou-negra?utm_source=chatgpt.com).

Acesso em: 23 jul. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **TSE Mulheres**: portal reúne estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política. Brasília, 2023. Disponível em:

[https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica?utm_source=chatgpt.com).

Acesso em: 23 jul. 2025.